

# A Imagem Municipal de Lisboa

A imagem municipal é um elemento de pertença e de identificação dos cidadãos à cidade. A sua simbologia deve ser clara, precisa e estável de forma a que a população reconheça sempre a mesma entidade.

Muitas imagens municipais reflectem os feitos mais importantes do passado e da história das cidades, como marcas de identidade local e como afirmação do poder autárquico. Também a imagem do município de Lisboa apresentando como símbolos uma nau com dois corvos, remonta à época de D. Afonso Henriques e tem raízes profundas na lenda de S. Vicente.

*Conta a lenda que no ano de 304, Vicente, diácono do bispo de Saragosa foi martirizado e lançado ao mar por ordem de um perfeito romano, de nome Daciano sendo recolhido por alguns cristãos que lhe deram uma sepultura em Valência. Com a invasão árabe e as contínuas perseguições aos cristãos, colocaram o corpo do santo numa barca e vieram aportar ao antigo Promontório Sacro, ao Cabo de S. Vicente onde edificaram uma ermida para repousarem os restos do mártir. Chegando ao conhecimento de D. Afonso Henriques a história de S. Vicente, tomou este a iniciativa de mandar buscar o corpo do santo. Na barca com os despojos do mártir, dois corvos poisaram um à proa e outro à popa acompanhando-os durante toda a viagem até Lisboa, onde chegaram em 1176, ficando as relíquias depositadas na Sé<sup>1</sup>.*

A primeira representação da simbologia olisiponense surge num selo pendente em lacre de 1233, que apresenta uma nau de velas enfunadas, em pleno mar, equilibrando, nos extremos, dois corvos<sup>2</sup>.

Na heráldica lapidar, o exemplo mais antigo que se conhece data de 1336 e encontra-se no Chafariz de Andaluz. Ainda hoje podemos olhar para a sua composição simbólica: «mostra a nave ou barca de extremos recurvados, sobre cada um dos quais assenta um corvo, e tem um único mastro de vela carregada na verga<sup>3</sup>. Este primeiro período de representações heráldicas é relativamente estável na apresentação dos símbolos da cidade, mas, na sequência dos séculos e essencialmente, a partir do séc. XVI, a iconografia olisiponense foi sempre inconstante, não favorecendo a criação de uma identidade precisa e reconhecível.

As imagens são reveladoras desta realidade: desde a nau dos descobrimentos, à embarcação romana do brasão de 1920, passando pelo galeão manuelino, todo o tipo de representações era possível. A posição e número de corvos também foi variando.

Em 1940, como consequência da reforma brasonária autárquica, o brasão da cidade fica sistematizado como uma estilização das linhas gerais de uma barco e não como um tipo de construção naval de acordo com o desejo de cada época.



1233



1897



1920



1927



1940

Ficando desta forma representado o brasão de Lisboa, coexistem uma variedade sem limite de emblemas, comunicando uma imagem sem estabilidade e continuidade, prejudicando o entendimento da identidade da cidade.



Imagens emitidas entre os anos 40 e 90

Receando a diversidade emblemática da cidade, em 1992 a CML adopta uma nova imagem, excluindo a utilização de qualquer outra. Mas, também esta imagem foi efémera. Em 1996 o município adopta um novo emblema que, tal como o anterior, teve um período de vida muito limitado sendo substituído em 2002 pela actual imagem municipal.



1992



1996



2002

Perante esta inconstância, o cidadão estranha a identidade do município. No actual emblema de Lisboa, se não há elementos significantes, se não reconhecemos os símbolos identificativos vicentinos, como "ver" a instituição?

### **Proposta para o Perfil de uma nova Imagem da Cidade de Lisboa**

Do estudo efectuado sobre as imagens municipais<sup>4</sup>, decorre a formulação de três critérios cuja aplicação se julga eficaz para conseguir os fins desejáveis para uma imagem coordenada municipal: um critério funcional, um critério histórico e um critério técnico.

#### **Critério Funcional**

A imagem coordenada de uma instituição destina-se a actuar, a servir uma finalidade.

Essa intenção é clara: tornar identificável a presença da instituição municipal aos olhos do público, e dentro deste, com primazia, o conjunto dos municípios.

As empresas, públicas ou privadas, lutam pela afirmação de uma presença num mercado duramente concorrencial, e têm por isso de buscar permanentemente formas de visibilidade cada vez mais competitivas no plano visual. Mas uma município não está no mercado. Um município não «concorre», nos termos em que as empresas o fazem. Um município representa uma permanência e uma estabilidade, a sua imagem deve ser «securizante» e representativa de valores colectivos e intemporais com os quais a comunidade se identifique e sinta como seus. Isso aponta claramente para a

necessidade de que a imagem, sobretudo visual, da entidade municipal não concorra com as imagens projectadas pelo mundo empresarial, antes se afaste completamente delas, e se afirme com unidade.

**A imagem coordenada da cidade de Lisboa representada pelo seu município, não deve entrar em concorrência com as da esfera empresarial, e sim assumir um carácter próprio, institucional e estável.**

#### **Critério Histórico**

Lisboa, como cidade, contém uma colossal carga histórica e afectiva, gerada e acrescentada ao longo de séculos. Ao longo de vicissitudes, conflitos e regimes, constitui uma permanência.

A nossa época deve exprimir-se através de um grafismo e uma linguagem plástica actuais mas, dentro de estrito cumprimento das regras da heráldica, deve ser buscada uma figuração que retome o sentido de continuidade histórica. Enunciar-se-ia assim um segundo critério:

**A reformulação da emblemática da cidade de Lisboa deve reencontrar a pureza essencial da figuração tradicional, com exclusão de corruptelas, introdução de elementos novos ou inovações temáticas, sem prejuízo da modernidade da sua realização plástica.**

#### **Critério Técnico**

Dada a variedade de situações de aplicação da heráldica municipal, uma correcta realização da imagem coordenada nos seus aspectos plásticos exige uma abordagem profissionalizada e um perfeito domínio dos problemas técnicos envolvidos. Implica um levantamento exaustivo das situações em que a emblemática pode ser aplicada, a natureza dos suportes em que vai ser usada, as escalas, distâncias de observação, técnicas de execução oficial ou fabril, os custos, modos e estratégias das operações de substituição. Implica igualmente um estudo da «concorrência» com situações congéneres no País e no estrangeiro, de forma a evidenciar a sua singularidade e evitar qualquer suspeição de plágio ou mimetização, e por outro lado, um cuidadoso estudo das referências históricas para evitar erros factuais. Poder-se-ia resumir deste modo o critério técnico:

**A realização deve obedecer a todas as exigências técnicas que são normais nas situações semelhantes no mundo empresarial, mas salvaguardando os valores definidos pelos critérios, funcional e histórico, atrás mencionados.**

Margarida Ambrósio Fragoso

Designer e Investigadora

- 1) BOTURÃO, J. O. (1962 -1968) - «São Vicente- O Padroeiro da Cidade de Lisboa», in Revista Municipal, 95, (1962), pp. 11-24; 98, (1963), pp. 51-86; 101 /102,(1964), pp.16-44; 108 /109, (1966), pp.67-74; 110 / 111, (1966), pp. 31-40; 114 / 115, (1967), pp. 7-19; 116 / 117, (1968), pp. 21-32; 188 / 119, (1969), pp. 23-38.
- 2) DIAS, Jaime Lopes, *Brasão de armas, Selo e bandeira da Cidade e Município de Lisboa*, Lisboa, CML, 1960
- 3) MACEDO, Luís Pastor et al. , *Casas da Câmara de Lisboa (do Século XII á Actualidade)*,Lisboa, CML, 1951,p.182
- 4) Desenvolvimentos em FRAGOSO, Margarida Ambrósio, *O Emblema da Cidade de Lisboa. Suporte Comunicacional da Identidade Municipal*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002